

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, SIMPLES, DA CELITE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, CELITE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Itapura, 626, inscrita no CGC/MF sob nº 61.135.711/0001-68, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, sr. Antonio de Toledo Lara Neto, brasileiro, divorciado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 2.592.103 e CPF nº 002.063.778-00, e por seu Diretor Vice-Presidente, sr. Antonio Carlos Archanjo, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 3.668.051 e CPF nº 035.540.748-53, ambos residentes e domiciliados em São Paulo, Capital, e, como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado pela Diretoria da EMISSORA e interveniente nesta Escritura, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à av. Arnolfo Azevedo, 40, inscrita no CGC(MF) sob nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, celebram a presente ESCRITURA DE EMISSÃO mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de julho de 1995.

II- REQUISITOS

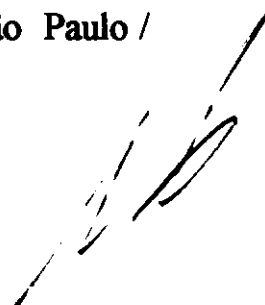
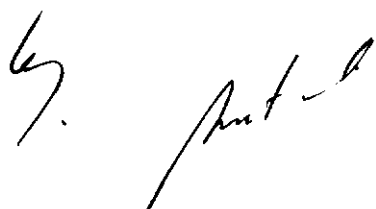
A Emissão das debêntures será feita com a observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e das demais disposições regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, em que foi deliberada a Emissão das debêntures, será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo / JUCESP.



3. REGISTRO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura será registrada perante o 9º Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

III- DA EMISSÃO

A Emissão observará as seguintes condições e características:

1. DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público mediante intermediação de instituições financeiras, adotando-se o procedimento diferenciado referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. SÉRIES

A Emissão será em uma ÚNICA SÉRIE.

3. FORMA E MODALIDADE

As debêntures desta Série Única serão de forma nominativa e na modalidade simples, não conversível em ações.

4. ESPÉCIE

As debêntures desta Emissão serão de espécie com garantia flutuante.

5. VALOR DA EMISSÃO

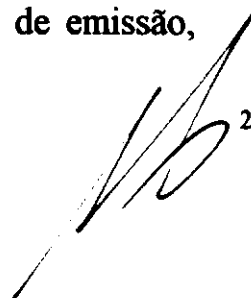
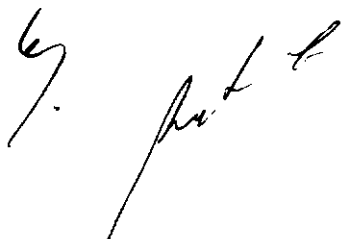
O valor da Emissão será de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), na data da Emissão, representados por 1.500 (mil e quinhentas) debêntures ao valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), referenciado na mesma data.

6. DATA DA EMISSÃO

Para todos efeitos legais, a data de Emissão das debêntures é 1º de agosto de 1995.

7. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:

As debêntures tem o prazo de 03 (três) anos contados a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 1º de agosto de 1998.



8. BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das **debêntures** da presente emissão será a variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que agregar-se-á ao valor nominal unitário, definido no item 5. acima, a partir da data de emissão, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, estabelecendo-se ademais:

a) na hipótese de extinção da TR, ou, se pela superveniência de norma legal ou regulamentar, este não puder ser utilizado como base de remuneração nas emissões de Debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição: Índice Geral de Preços do Mercado/Real (IGMP-r), o Índice Geral de Preços - coluna 2 - disponibilidade interna, (IGMP/2), ambos divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, ou ainda, na falta deste, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo;

b) caso pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado pela companhia, como índice de reajuste em emissões de **debêntures**, a companhia e o **Agente Fiduciário** definirão, de comum acordo e por escrito, qual será o novo índice aplicável a base de remuneração.

9. JUROS E PRÊMIOS

As **debêntures** deste emissão farão jus a juros fixos e um prêmio na forma avençada nos subitens 9.1 a 9.3 seguintes:

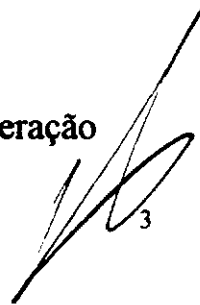
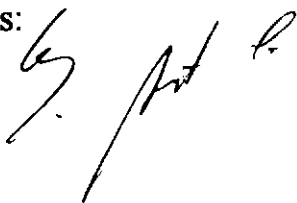
9.1. Juros de 12% (doze por cento) ao ano, pagos no dia primeiro de cada semestre, da data de emissão, calculados, pro rata dia, sobre o valor nominal da **debênture** corrigido conforme item 8;

9.2. Prêmio: de 10% a.a., pagos junto com os juros e calculados, pro-rata dia, sobre o valor nominal corrigido conforme item 8, válido para o período de 01/08/1995 a 31/07/1996.

9.3. A **EMISSORA** assegura um prêmio extra, a ser pago junto com os juros e prêmio definidos acima, de forma que a base de remuneração acrescida dos juros e prêmio seja sempre superiores à taxa ANBID + 3,00%a.a.

10. REPACTUAÇÃO

As **debêntures** objeto da presente emissão poderão ter as condições de remuneração repactuadas nas seguintes condições:



10.1. A primeira repactuação se dará no período de 1 (hum) ano da emissão, ou seja, em 01/08/1996.

10.2. O Conselho de Administração da EMISSORA se reunirá com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência das datas de repactuação das debêntures para deliberar sobre as condições de remuneração das debêntures, juros e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento e período de repactuação subsequente. As deliberações do Conselho de Administração da EMISSORA relativas à cada repactuação, deverão ser publicadas pela EMISSORA até o 10º (décimo) dia que anteceder à data de repactuação.

11. AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA

A EMISSORA se compromete a adquirir, pelo valor nominal, acrescido da base de remuneração, dos juros e prêmio, se houverem, nas datas de repactuação das debêntures, a totalidade das debêntures em circulação referentes à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições de repactuação deliberadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à EMISSORA, deverá se habilitar no período compreendido entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia imediatamente anterior ao dia da repactuação, mediante registro formal protocolado junto à prestadora de serviço de debenturista ou junto à EMISSORA. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

12. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

As debêntures desta emissão serão subscritas por 100% (cem por cento), do seu valor nominal unitário acrescido da base de remuneração, dos juros e prêmio, estabelecidos nos itens 8 e 9, calculados de forma “pro-rata temporis” desde a data de emissão até a data da efetiva integralização. A integralização será a vista no ato da subscrição.

13. NEGOCIAÇÃO

A Emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures (SND), administrada pela Associação Nacional de Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) e operacionalizada pela Central de Custódia e de Liquidação de Títulos (CETIP), conforme a Instrução Normativa SRF nº 56/88.



14. JUROS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a base de remuneração, juros e prêmio na forma estabelecida pela Assembléia que deliberou a Emissão, bem como o juros de mora de 1%a.m. (hum por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As importâncias devidas pela EMISSORA por força desta Emissão e colocadas, nos vencimentos, à disposição dos debenturistas, não sofrerão atualização de seu valor, nem renderão juros remuneratórios ou moratórios, nem prêmios ou base de remuneração.

16. RESGATE ANTECIPADO OU FACULTATIVO

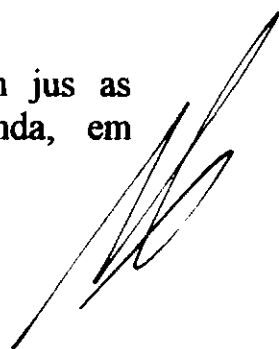
A EMISSORA reserva-se o direito de, desde que autorizada pelo Conselho de Administração, a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de Emissão, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo valor nominal, acrescido da base de remuneração, dos juros e do prêmio devidos na data do resgate antecipado, devendo publicar aviso prévio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, nesta última mediante sorteio.

17. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao seu valor nominal acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures adquiridas, a critério da EMISSORA, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

18. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados pela EMISSORA em sua sede, ou ainda, em estabelecimento de instituição financeira contratada para tal fim.



19. PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo dos valores a serem pagos.


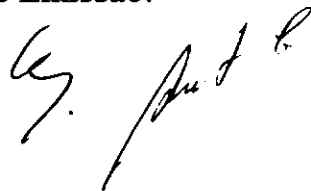
20. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

21. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal acrescido da base de remuneração, de juros e prêmio, calculados exponencialmente por dias decorridos, deduzidos as amortizações já ocorridas, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- c) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, e
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA decorrentes da presente Emissão.



IV- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relacionados a esse semestre social;
- b) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social;
- c) imediatamente qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, relativa a Emissão;
- d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com idêntica periodicidade do envio dessas informações à CVM.

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal, juros e/ou prêmio das debêntures, objeto desta Escritura.

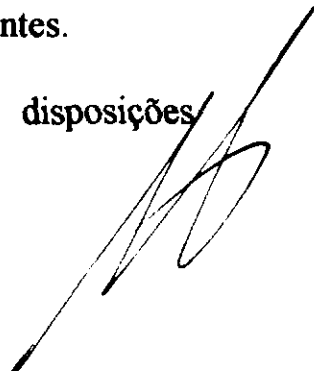
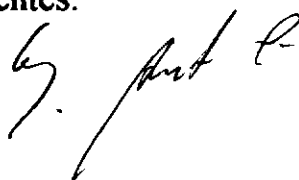
3. Submeter, na forma da Lei, suas contas e balanços e exame por empresa de Auditoria Independente, registrada na CVM.

4. Manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

5. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço, a fim de assegurar o eficiente tratamento aos portadores das debêntures.

6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.



V- DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara sobre as penas da Lei, para todos os fins e efeitos de direito que:

a) aceita a presente nomeação legal, para nos termos da Lei e da presente Escritura representar a comunhão de debenturistas desta emissão;

b) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusula e condições;

c) não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66 parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é cometida.

2. Pelo exercício das funções que ora lhe são atribuídas, o AGENTE FIDUCIÁRIO perceberá da EMISSORA a seguinte remuneração:

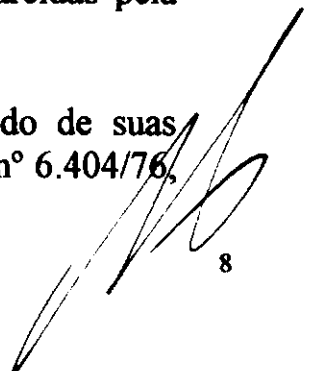
a) R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por ano, durante o prazo de validade das debêntures ou até que elas tenham sido em sua totalidade resgatadas, esta remuneração será atualizada monetariamente pela variação do IPC-r ou na sua falta, outro índice que melhor espelhe a desvalorização da moeda no período;

b) o primeiro pagamento será efetuado na data da assinatura da Escritura de Emissão, sendo os demais devidos nesta mesma data nos anos subsequentes. Nos casos de vencimento antecipado ou resgate, o valor devido no respectivo ano, será calculado pro-rata-temporis até a data em que o resgate ou vencimento antecipado venha a ocorrer.

b.1) as remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, custos com a realização de Assembléia a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas, que serão emitidas diretamente em nome da EMISSORA, após prévia aprovação.

b.2) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, se o caso, na forma da Lei, ressarcidas pela EMISSORA.

3. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá ser, a qualquer tempo, substituído de suas funções por deliberação da Assembléia de debenturistas, na forma da Lei nº 6.404/76, ou por ato da CVM.



8

4. Nos casos de vacância, a substituição dar-se-á, na forma da Lei, mediante indicação pela EMISSORA e aditamento à presente Escritura, devendo a EMISSORA comunicar previamente o fato a CVM.

5. Em caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, a parcela de remuneração, acima fixada, lhe será devida, sendo calculada na proporção dos dias decorridos entre a data de pagamento da última parcela e a data de assinatura do termo que formalizar a substituição.

6. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado a diligência que todo homem probo emprega na administração dos próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões constantes de tais informações;

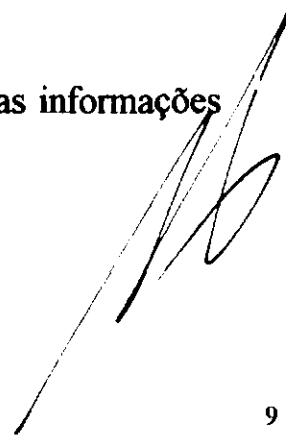
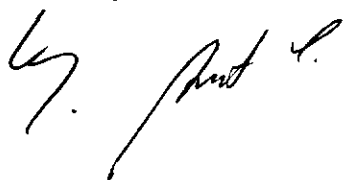
f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

g) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, na forma da Lei;

h) comparecer a Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

i) elaborar relatório destinado aos debenturistas, o qual deverá conter as informações de que trata o artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76;

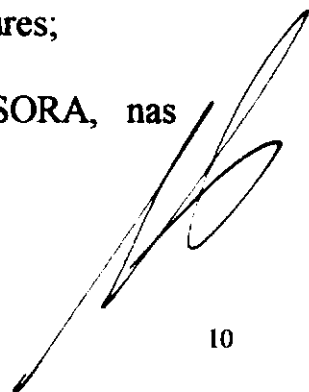
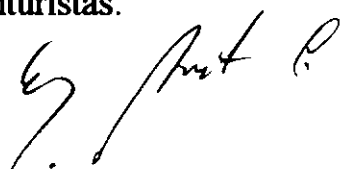
j) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;



- l) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;
- m) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- n) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, dirigindo comunicação de igual teor à CVM e ao Banco Central do Brasil. Tal notificação, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação em jornal de grande circulação na sede da EMISSORA e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de debenturistas; e
- o) outros deveres de que trata a instrução CVM nº 28/83 e não expressamente consignados nas alíneas anteriores.

VI- DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

- 1. Os titulares das debêntures da Emissão de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas.
- 2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, pelos debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela CVM.
- 3. Aplica-se a Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a Assembléia de Acionistas.
- 4. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 5. A Assembléia poderá, pelo voto da maioria simples, no mínimo, dos titulares das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures;
- 6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA, nas Assembléias dos Debenturistas.



VII- DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

São Paulo, 31 de julho de 1995.



EMISSIONA:

CELITE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AGENTE FIDUCIÁRIO: SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Testemunhas:

Nome:

RG

CPF

Nome:

R.G.

CPF